



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



TITULO: Educação Popular e Regularização Fundiária em Paraisópolis.

EJE: Ponencia – Extension, docencia e investigación.

AUTORES: Lígia Souza Petrini, Paula Santana Santos, José Eduardo Carvalho Segatto e Ana Luiza Sanchez Dias.

REFERENCIA INSTITUCIONAL: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

CONTACTOS: petriniligia@gmail.com, paula.santos.cs@gmail.com,
j.e.segatto@gmail.com, ana.13.sanchez@gmail.com

RESUMEN

No ano de 2003, foi assinado um convênio entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP), a fim de realizar um Projeto piloto de regularização fundiária em uma quadra localizada na Comunidade de Paraisópolis, periferia da zona sul de São Paulo. Assim, dentro do processo de urbanização desse grande centro urbano, objetivou-se produzir novos conhecimentos jurídicos e sociais com estudantes de Direito, os quais se envolveriam simultaneamente em uma aproximação do diálogo com a Comunidade mediante instrumentos judiciais. Portanto, junto ao auxílio de um convênio municipal, da orientação de um advogado do Departamento Jurídico *XI de Agosto* e, por fim, da própria Comunidade, os estudantes deram entrada a três ações de Usucapião Coletivo que, ainda hoje, estão em andamento judicial.

É nesse contexto que se formou o grupo de regularização fundiária em Paraisópolis, que se institucionalizou como *Núcleo de Direito à Cidade*, desde 2009, no Departamento Jurídico *XI de Agosto* da FDUSP, entidade esta que presta assistência jurídica à Comunidade de baixa renda há mais de 90 anos. O *Núcleo* se identifica como um serviço jurídico inovador¹, que pretende a difusão da ideia de construção coletiva do Direito, pela troca de impressões da Academia com a sociedade, caracterizando a “educação

¹ "Expressão que tende a designar o conjunto de entidades voltadas para auxílio jurídico gratuito". In: LUZ, Vladimir de Carvalho. *Assessoria Jurídica Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



jurídica popular” como objetivo do grupo, pois não a consideramos uma técnica restrita, mas sim uma construção dialógica para a busca de uma sociedade mais crítica. É nesse contexto que privilegiamos a organização popular, bem como valorizamos a apropriação do conhecimento por parte dos moradores da Comunidade, de seus direitos como cidadãos.

É nessa medida que se torna possível à grande parte da população reivindicar tais direitos e, possivelmente, transformar tais demandas em importantes políticas públicas. Enquanto prática inovadora, o *Núcleo* ressalta a necessidade de mecanismos mais apropriados de defesa dos interesses em questão, a fim de que os demandantes aqui tratados devidamente apreendam e lutem por um direito legítimo - como o direito à moradia digna - como também para possibilitar maior efetividade de instrumentos jurídicos existentes.

Como já dito, o Projeto teve início com ações judiciais de usucapião coletiva. Através de tais ações, garante-se o direito ao acesso à terra por aqueles que sofrem cotidianamente uma série de violências, seja por parte de instituições estatais, seja por instituições privadas, que têm como resultado privar-lhes o direito à moradia e, portanto, o direito à cidade. Para atingir tal objetivo é de extrema importância a participação efetiva da Comunidade, de maneira que os moradores sejam sujeitos atuantes e conscientes deste processo. Portanto, a Educação Popular é um dos principais cerne do Projeto, tanto para compreender as demandas da Comunidade, quanto para colocar em discussão com os moradores a realidade por eles vivida e suas possibilidades de transformação.

Os beneficiários diretos e imediatos do Projeto serão os oitocentos moradores da quadra sobre a qual atualmente está ocorrendo a ação de usucapião. Todo o processo realizado com a Comunidade contribui e contribuirá continuamente para a mobilização dos moradores, de forma que se apropriem do conhecimento técnico correspondente ao processo jurídico, assim como da discussão política que envolve todas as questões de direito à cidade. Ao final do processo judicial, terão garantido seu direito à propriedade da moradia.

Nesse contexto, para possibilitar uma melhor assessoria e educação jurídica popular, o Projeto tem como atuais coordenadores o advogado do Departamento Jurídico *Rodrigo Ribeiro de Sousa* e o professor da FDUSP *Dr. Celso Fernandes Campilongo*. Além disso, também pode-se destacar a participação no Projeto de estudantes não só do Direito. O Projeto conta com alunos de outros cursos da USP, tais como *Geografia, Turismo,*



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Ciências da Natureza e Ciências Sociais, o que ressalta outra característica do Projeto: sua interdisciplinaridade.

DESARROLLO

O Projeto de regularização fundiária em Paraisópolis nasceu em 2003 com um convênio da Prefeitura de São Paulo com a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FADUSP) na tentativa de aplicar as diretrizes básicas de direito à cidade e à moradia previsto no Estatuto da cidade ².

O objeto em questão se trata de uma quadra da favela de Paraisópolis, Comunidade encravada em dos bairros de maior concentração de renda da cidade de São Paulo na zona sul.

O Projeto contava até 2004 com a participação do escritório modelo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), ligada ao curso de direito, que também objetivavam o alcance do instrumento de Usucapião Coletivo como forma de estabelecer de fato o direito à moradia digna e o direito à cidade.

Em 2004, com o encerramento do convênio por parte da Prefeitura, ligado principalmente à derrota eleitoral da candidata à reeleição na época, o prefeito subsequente extinguiu a ajuda simbólica aos bolsistas tanto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, quanto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Na época de encerramento do convênio, a PUC/SP na figura do escritório modelo não conseguiu assumir os gastos com os bolsistas e a ajuda de custo fornecida pela Prefeitura. A partir de então, o Projeto que estava beneficiando uma das quadras na Comunidade de Paraisópolis não foi dado continuidade e hoje encontra-se parado e sem perspectivas de retomar o andamento jurídico.

Na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o caminho foi bem diferente: os estudantes envolvidos no Projeto, bolsistas pela Prefeitura, fizeram um acordo junto ao Centro Acadêmico XI de Agosto da própria Faculdade de Direito e conseguiram manter as bolsas, ajuda esta que recebemos até hoje.

Desde 2004 o Projeto de Regularização Fundiária em Paraisópolis é gerido, custeado, encaminhado e conseqüentemente, dirigido apenas e prioritariamente por estudantes. Isso quer dizer que toda a estrutura política, econômica e social é mantida por



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



estudantes da Universidade de São Paulo, junto aos seus órgãos representativos como o Centro Acadêmico XI de Agosto e Departamento Jurídico XI de Agosto.

Entre 2004 e 2008 o grupo se institucionalizou dentro do Serviço de Atendimento Jurídico XI da Agosto (SAJU) como parte de seu corpo de Projetos com o nome de Núcleo de Direito à Cidade (NDC), enquanto organização por núcleos que tal instituição propõe.

A partir de 2008 O Núcleo de Direito a Cidade passou a estar vinculado ao Departamento Jurídico XI de Agosto, entidade que possui um convênio com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, atuando enquanto assistência jurídica em casos encaminhados pela própria Defensoria que, inclusive, oferece um aporte financeiro na resolução dos casos, somado à ajuda do centro Acadêmico XI de Agosto.

Tal mudança configurou-se não somente em uma mudança institucional, mas principalmente em uma mudança estrutural. O Núcleo de Direito à Cidade sentiu a necessidade de, a partir de então, expandir o número de estudantes envolvidos e ainda, se caracterizar acadêmica e politicamente como um grupo que atua de forma diferenciada à maneira como a assistência jurídica convencional se caracteriza.

Começou-se então uma campanha pelo crescimento do grupo em 2009. Participando da semana de recepção dos recém ingressos no curso de Direito da Universidade de São Paulo, promovendo atividades ligadas ao tema de moradia e direito, fechamos o ano de 2009 com um significativo aumento de pessoas no grupo.

Claramente tal esforço em manter e agregar pessoas ao Núcleo de Direito à Cidade não estava vinculado apenas ao seu caráter jurídico. Os novos componentes do grupo não eram apenas estudantes de Direito, contávamos naquele momento com uma estudante de arquitetura, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Além da estudante, alguns estudantes da Faculdade de Direito também se interessaram pelo Projeto e logo, o aporte financeiro fornecido pelo Centro Acadêmico XI de Agosto se tornou insuficiente no custeio das atividades do grupo.

Neste momento, a Universidade de São Paulo lançava a segunda edição do seu programa de Cultura e Extensão Universitária, o Programa Aprender com Cultura e Extensão.

O programa se caracteriza como um auxílio financeiro aos envolvidos em Projetos de Extensão ligados à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRECEU) da Universidade de São Paulo, e com duração de um ano, prorrogáveis sempre que provadas as competências do Projeto enquanto Cultura e Extensão, aprova bolsas de ajuda de custo



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



àqueles que se interessam e se inscrevem nele pela plataforma web disponível pela Universidade de São Paulo.

Juntando as características de extensão universitária presentes no grupo, o auxílio de um advogado orientador vinculado ao Departamento Jurídico XI de Agosto e a coordenação do Professor Doutor Celso Fernandes Campilongo, conseguimos, em 2010, a aprovação de sete bolsas de auxílio, sendo três delas vinculadas ao Departamento de Filosofia do Direito, da Faculdade de Direito e quatro delas vinculadas ao Laboratório de Habitação (LABHAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), ambos da Universidade de São Paulo.

Assim, passamos 2009 a contar com estudantes de Arquitetura, Direito e Gestão de Políticas Públicas e a partir de meados de 2010 com estudantes de Geografía, Ciências Sociais, Direito e Arquitetura.

Em 2011 renovamos nosso Projeto junto à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e hoje contamos com dez bolsas somente vinculadas ao Departamento de Filosofia do Direito, na figura do Professor Doutor Celso Fernandes Campilongo, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Para além das bolsas de auxílio, ainda contamos com a ajuda financeira e física do Centro Acadêmico XI de Agosto e conseguimos realizar nossas atividades, reuniões, ida a eventos, preparação de atividades e apresentação de trabalhos apenas com a ajuda da Universidade e das entidades envolvidas.

O Núcleo de Direito à Cidade se referencia no mote de Educação Popular para a realização de suas atividades junto à Comunidade de Paraisópolis. Entendendo que não é possível e tampouco interessante o contato com as pessoas somente pelo mote jurídico-institucional, nos propomos a lidar com a Comunidade de forma horizontal e igualitária, estabelecendo como centro das discussões o dia-a-dia dos moradores da Comunidade, seu cotidiano e seu modo de vida.

Sabemos que somente este mote não é suficiente para a aproximação estudante universitário - comunidade carente, para isso nos propomos a usar a métodos de Educação Popular internacionalmente referenciados, como Paulo Freire e a hermaeutica – Método Socrático – ou hermaeutica socrática.

O Projeto atua em apenas uma quadra da Comunidade de Paraisópolis que hoje, segundo estimativas³ tem uma população em torno de 80000-100000 habitantes, em

³ Segundo a Prefeitura do Município de São Paulo.



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA

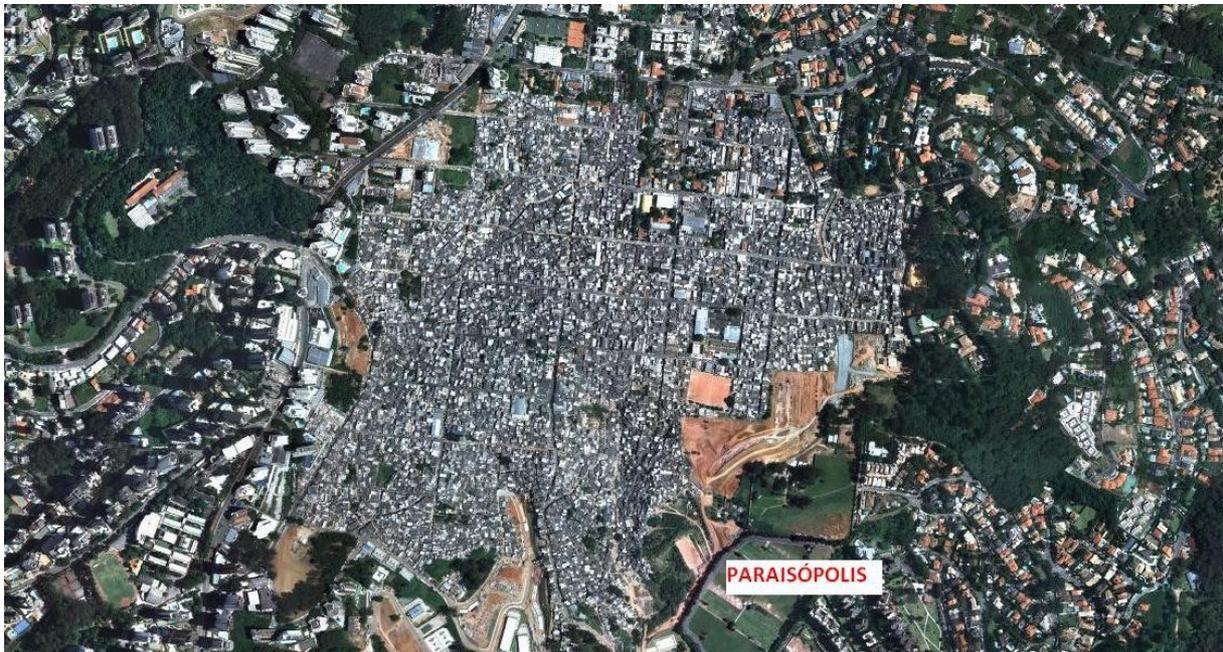


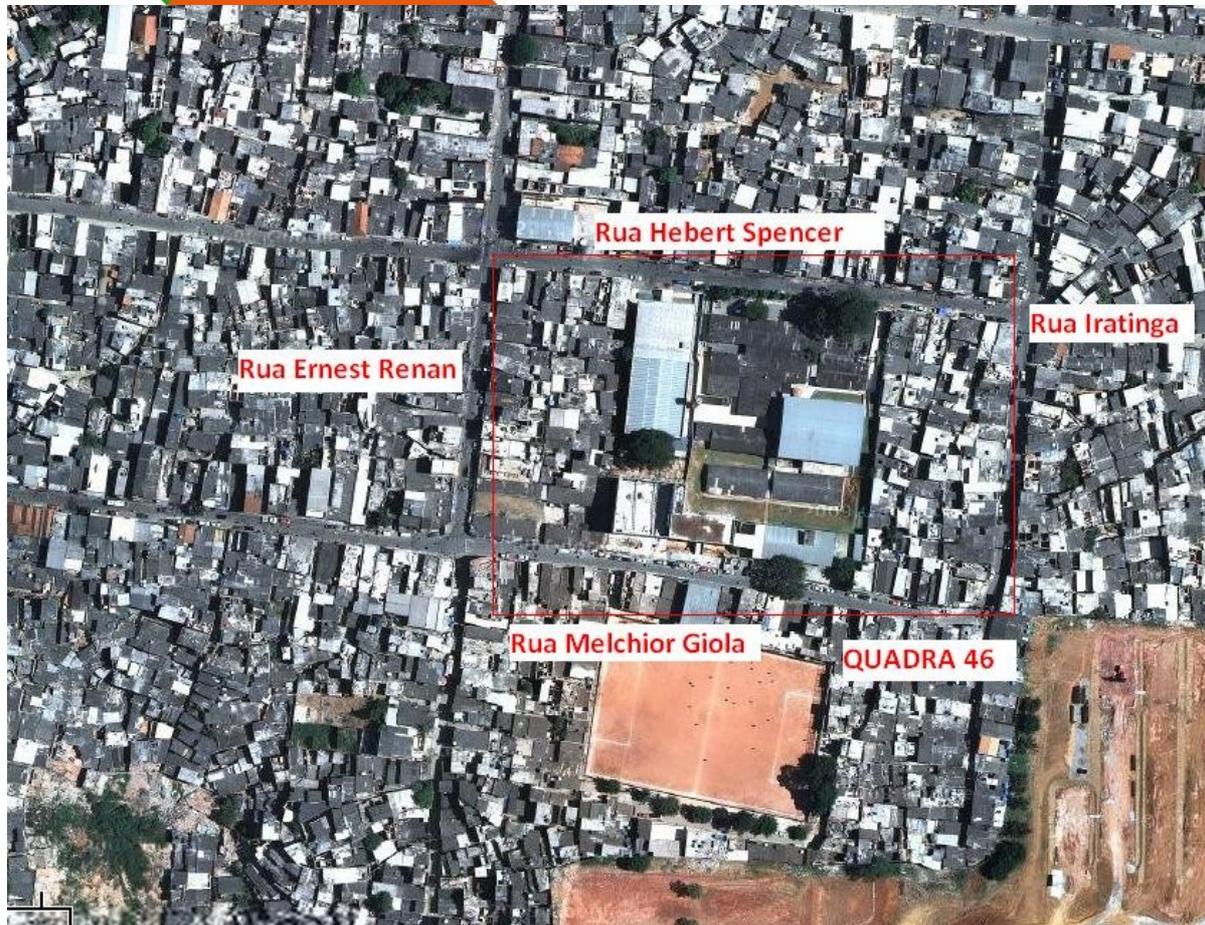
apenas 788081,8 km², uma relação hab/km² em 17259 domicílios, sendo 96% de sua área localizada em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS:

“Art. 171 – As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são porções do território destinadas, prioritariamente, à recuperação urbanística, à regularização fundiária e produção de Habitações de Interesse Social – HIS ou do Mercado Popular - HMP definidos nos incisos XIII e XIV do artigo 146 desta lei, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local, compreendendo:

I - ZEIS 1 - áreas ocupadas por população de baixa renda, abrangendo favelas, loteamentos precários e empreendimentos habitacionais de interesse social ou do mercado popular, em que haja interesse público exposto por meio desta lei, ou dos planos regionais ou de lei específica, em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção e manutenção de Habitações de Interesse Social – HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local;”
(Seção III, SubSeção IV, Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, 2002).

A seguir temos uma foto que a localiza na cidade de São Paulo, seguida de uma foto geral da favela de Paraisópolis e por ultimo uma vista da quadra 46, nosso objeto de estudo e objeto do proceso de Usucapião Coletivo.





O proceso de Usucapião Coletivo da quadra 46 está dividida em três procesos distintos que engloba, cada um, as seguintes parcelas da quadra:

As atividades do grupo hoje são bastante diversificadas, refletindo a diversidade de participantes de diferentes cursos. Uma vez por semana nos reunimos nas dependencias do Departamento Jurídico XI de Agosto, durante tres horas e lá fazemos a discussão de um texto indicado pelos integrantes do grupo segundo um calendário de leituras previamente estabelecido que geralmente tem validade de um semestre. As leituras comportam temáticas como direito à cidade, planejamento e gestão urbana e de territorio, Educação Popular, assessoria jurídica, movimientos sociais, além de artigos de temas relacionados à questões atuais como a emergencia do impacto da obras frente aos megaeventos esportivos que serão sede no Brasil como as Olimpíadas e a Copa do Mundo.

Participamos de atividades e organizamos iniciativas das mais diferenciadas frentes, como o Seminário Nacional de Universidade Popular, o Comitê Popular da Copa,



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



manifestações populares por moradia digna, transparência nas obras públicas ligadas aos eventos Olímpicos e da Copa do Mundo, bem como a organização de atividades acadêmicas sobre extensão universitária e o direito à moradia.

Mantemos relações de solidariedade aos movimentos de lutas por moradia digna a citar: União dos Movimentos de Moradia, Frente de Luta por Moradia, Frente dos Trabalhadores sem Teto.

Assim, o Núcleo de Direito à Cidade se organiza em comissões temáticas que organizam entre seus componentes assuntos referentes ao tema de moradia e direito e que são socializadas em suas reuniões semanais, além de nelas discutirmos a pauta da reunião mensal da quadra envolvida no processo de Usucapião Coletivo, pauta sugeridas pelos próprios moradores na reunião anterior. Discutimos então a forma ideal de abordar o tema de maneira que os coloque como protagonista da ação e responsáveis pelos seus desdobramentos, nos colocando como iguais, sugerimos formas de se alcançar o objetivo proposto pela Comunidade sem interferir em sua dinâmica local e cotidiana, buscando sempre o diálogo, entendemos as demandas e as propostas de intervenção como formas de interferir na realidade local de maneira combativa.

Dessa forma, participamos junto com os moradores da quadra das eleições para representação no conselho de gestão da favela de Paraisópolis, instrumento instituído pela Prefeitura de São Paulo no Plano Diretor, estabelece reuniões com a representação eleita da Comunidade, organismos como a Secretaria de Habitação, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Planejamento Urbano, além de instituições que possuem estrutura básica para a favela como a Cia de Abastecimento de Água e Esgoto – SABESP e Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A – ELETROPAULO.

Sempre com o instrumento da Educação Popular, promovemos a discussão de assuntos trazidos pelos moradores do bairro e a pertinência de medidas a serem tomadas para a melhoria da qualidade de vida na quadra e na Comunidade.

Para a convocação da reunião, o grupo se encontra um domingo por mês e prepara folhetos como os mostrados na figura a seguir:



INTEGRACION,
EXTENSION,
DOCENCIA
E INVESTIGACION
PARA LA
INCLUSION
Y COHESION
SOCIAL

22 AL 25
NOVIEMBRE
DE 2011
SANTA FE
ARGENTINA



Reunião da Associação de Moradores

Dia 14/08
Pautas para o
Conselho Gestor

Domingo - 14h
Escola Homero
Santos Forte

**Sua presença é fundamental para
lutarmos juntos pelo direito à moradia!
Chame os vizinhos e todo mundo de
casa!**

Paula: 6409-4846
Lígia: 9865-4780
André: 6769-2216
Éder: 8638-4259

Zé: 7768-8692
Tatemoto: 9692-9125
Ana Marília: 8771-9893

Com o folheto nos dividimos aleatoriamente e de forma a conhecer toda a quadra, andamos por entre as vielas e batemos de casa em casa avisando da reunião, com a pauta e o horário, estes dois últimos, itens que são fixos, usamos uma sala de aula da escola pública da quadra e entre as 14h e 15h da tarde de um domingo, ouvimos os moradores e estabelecemos ações para as demandas e as faltas que percebem ao longo do mês.

Para o sucesso do processo de usucapião, todo ano também realizamos o recadastramento dos moradores da quadra, e com fichas de cadastro, atualizamos os dados daqueles moradores que ali continuam em suas casas e cadastramos os novos moradores. O cadastro tem objetivos distintos: o principal é sempre manter atualizado os documentos dos moradores para posterior anexo no processo, mas também vislumbramos a mudança e o crescimento da quadra, com a construção de novas casas e ainda a modernização de itens domésticos como eletroeletrônicos, móveis e as próprias melhorias nas casas.

Todos esses elementos nos fornecem um aspecto geral das condições de vida e da qualidade de moradia dos habitantes da quadra, conseguindo conversar com eles nas reuniões e nas visitas de maneira a não estranhar ou estabelecer critérios de julgamento frente as suas condições de vida.

Em algumas reuniões de extrema importância para a Comunidade, chamamos o advogado orientador do grupo para comparecer e tirar eventuais dúvidas dos moradores.



Certamente este é o momento mais esperado pelos moradores da quadra, a figura do advogado é sempre a mais aguardada e leva os maiores índices de comparecimento de moradores em reuniões.